

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.661.618 - MS (2020/0030660-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : I S M
ADVOGADO : RÔMULO GUERRA GAI - MS011217
AGRAVADO : R M F
ADVOGADO : EDUARDO GERSON DE OLIVEIRA GIMENEZ - MS012241

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por I S M, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88 (fl. 332), visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS – PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA – AFASTADA – PRELIMINAR DE OFENSA À COISA JULGADA – AFASTADA – PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA CONCEDIDA AO REQUERIDO – NÃO ACOLHIDO – MÉRITO – ALIMENTOS DEVIDOS AO EX- CÔNJUGE - PEDIDO DE EXONERAÇÃO – POSSIBILIDADE – CAPACIDADE LABORAL DA ALIMENTANDA CONFIGURADA – PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS POR TEMPO RAZOÁVEL - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO (fl. 231).

Quanto à **primeira controvérsia**, interpõe recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

Quanto à **segunda controvérsia**, alega divergência jurisprudencial no que concerne à impossibilidade de exoneração dos alimentos fixados em favor da recorrente, diante de sua impossibilidade de retornar ao mercado de trabalho, em razão de invalidez permanente.

Quanto à **terceira controvérsia**, alega divergência jurisprudencial no que concerne à existência de violação da coisa julgada, posto que se trata de matéria já decidida anteriormente, não havendo alteração do “binômio possibilidade / necessidade” (fl. 340), até o momento. Traz os seguintes argumentos:

Embora se afirme que as decisões a respeito de alimentos não fazem coisa julgada, não é menos verdade que para revogar um Acórdão do mesmo Tribunal, com o mesmo objetivo, ou seja, o requerente inconformado com a decisão ingressou com outra ação em um prazo de

menos de 3 anos depois da primeira. Para alteração de Coisa Julgada exige-se, obrigatoriamente, a existência da modificação do binômio possibilidade / necessidade que possam autorizá-la.

No caso dos autos, verifica-se facilmente que estão ausentes as condições já estabelecidas pelo TJMS para que possa ocorrer a exoneração, portanto, houve ofensa a coisa julgada material (fl. 340).

É o relatório. Decido.

Quanto a **todas as controvérsias**, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ademais, no que concerne aos dissídios jurisprudenciais alegados, não se revela cognoscível a interposição do apelo nobre com base na alínea "c", do art. 105, inciso III, da Carta Magna, quando a demonstração do dissídio interpretativo se restringe à mera transcrição de ementas, sendo absolutamente indispensável o efetivo cotejo analítico entre o aresto impugnado e os acórdãos paradigmas, declinados ao exame da identidade ou similitude fática entre estes, nos moldes legais e regimentais, mister não desincumbido pelo postulante no caso em apreço.

Na mesma direção, já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça: "É entendimento pacífico do STJ que a parte deve proceder ao cotejo analítico entre os julgados confrontados e transcrever trechos dos acórdãos que configurem o dissídio jurisprudencial, sendo insuficiente a mera transcrição de ementas. (AgInt no AREsp n. 945.538/AL, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 20/11/2017).

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt nos EREsp 1.416.320/SE, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 27/2/2019; AgInt nos EAREsp 407.728/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe 18/4/2018; AgRg no AREsp 692.989/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 19/2/2019; AgInt nos EAREsp 313.624/MG, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe 28/9/2018; e AgRg nos EAREsp 1.061.728/PE, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, DJe 15/8/2017.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente